

## **Reconfigurações socioespaciais em Manaus: um olhar interdisciplinar sobre intervenções urbanísticas na maior metrópole amazônica e seus reflexos na mídia<sup>1</sup>**

Rafael de Figueiredo LOPES<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

### **RESUMO**

O artigo relaciona processos socioculturais e discursos midiáticos imbricados em transformações urbanísticas em Manaus (AM), com foco em dois projetos implementados na cidade: a Manaus Moderna e o Prosamim. Trata-se de um estudo bibliográfico interdisciplinar, na perspectiva dos Ecossistemas Comunicacionais. Percebe-se que as reconfigurações urbanísticas proporcionaram novas relações socioculturais com o ambiente, imprimindo modelos e valores característicos da sociedade capitalista globalizada; e apagando memórias, costumes e peculiaridades locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** interdisciplinaridade; processos socioculturais; ecossistemas comunicacionais; transformações urbanísticas; Manaus.

### **INTRODUÇÃO**

Manaus, capital do Amazonas, na região Norte do Brasil, tem uma população de 2.130.264 pessoas e concentra cerca de 60% dos habitantes do Estado, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). A cidade é a sétima mais populosa do Brasil e a maior metrópole da Pan-Amazônia<sup>3</sup>. Cresceu de forma desordenada, entre diferentes ciclos de desenvolvimento econômico. Neste processo, a população indígena foi praticamente dizimada e atualmente corresponde a 0,4% dos habitantes.

Dentre os períodos de urbanização, destaca-se o Ciclo da Borracha (fim do século XIX e início do século XX), quando foram construídas grandes avenidas, palacetes, casas de espetáculo, além da instalação de rede de água e esgoto, luz elétrica, bondes e a modernização do porto fluvial. Outra fase de grandes transformações ocorreu durante a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 8 - Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

<sup>2</sup> Jornalista, bacharel em Comunicação Social (UFRR), mestre em Ciências da Comunicação (UFAM), doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). Bolsista da Capes. E-mail: rafaflopes@bol.com.br.

<sup>3</sup> Região com mais de 34 milhões de habitantes e mais de 350 povos indígenas, abrange áreas territoriais do Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Descortina-se na maior floresta tropical, biodiversidade e bacia hidrográfica do planeta, sem contar nas jazidas minerais e valiosos recursos vegetais e animais que sempre despertaram a cobiça e aceleraram atividades exploratórias-predatórias. No Brasil, a região é denominada de Amazônia Legal e ocupa cerca de 60% do território, estendendo-se pelos Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Tocantins e parte do Mato Grosso, o que corresponde a sete vezes o tamanho da França.

implantação e consolidação da Zona Franca (entre as décadas de 1960 e 1980), quando indústrias multinacionais se instalaram na cidade, provocando alterações na malha viária, expansão de bairros e, conseqüentemente, o aumento da miséria, violência, criminalidade, desmatamento, problemas com o lixo e a poluição dos recursos hídricos.

Nas últimas décadas, outros projetos urbanísticos e sociais também têm transformado a fisionomia da cidade e suas relações socioespaciais. Nos descontínuos fluxos de transformações urbanísticas, percebe-se, pela dinâmica comunicacional, que os enraizamentos tradicionais das relações coletivas vão sendo cortados à medida em que surgem novos arranjos espaciais e hábitos socioculturais. Entretanto, é um processo complexo que também se ressignifica culturalmente por memórias e metamorfoses ou por seus apagamentos.

Diante desta contextualização, o artigo aborda processos socioculturais e discursos midiáticos imbricados em transformações urbanísticas ocorridas em Manaus, a partir da década de 1960. Foca-se no caso do *Projeto Manaus Moderna* e no *Prosamim*. O primeiro caso refere-se à parceria entre os governos municipal e estadual, firmada em 1967, para criar uma infraestrutura urbana a fim de melhorar as condições de circulação da produção do Distrito Industrial até a zona portuária, bem como o desenvolvimento do comércio e das condições sanitárias na área central da cidade. O segundo caso corresponde ao Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, criado pelo governo estadual em 2003, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a transferência de milhares de moradores de palafitas nas margens de igarapés (braços de rios) para conjuntos habitacionais fora da área de alagamentos.

Trata-se de um estudo bibliográfico de caráter interdisciplinar, que tem por objetivo refletir sobre como as relações sociais passaram a se configurar a partir das intervenções citadas e sobre os discursos midiáticos neste contexto. A perspectiva segue o viés dos Ecossistemas Comunicacionais, uma abordagem emergente no campo da Comunicação, que surge como uma ideia interdisciplinar e transdisciplinar, para a compreensão articulada e relacional sobre fenômenos comunicacionais, propondo:

Estudos sobre os processos de organização, transformação e produção das mensagens conformadas na cultura a partir das interações entre sistemas sociais-culturais-tecnológicos, considerando a complexidade sistêmica e informacional dos fenômenos comunicativos (MONTEIRO; ABBUD; PEREIRA, 2012, p. 09).

---

A ideia dos Ecossistemas Comunicacionais, conforme Colferai (2014), contrapõe-se aos paradigmas científicos newtonianos-cartesianos e ultrapassa barreiras lineares das teorias clássicas da comunicação, pois não separa o ser humano da natureza e da tecnologia, nem a objetividade da subjetividade. Ou seja, é reticular e em fluxo constante. A perspectiva ecossistêmica, inspira-se na Teoria da Complexidade, propondo a compreensão dos fenômenos comunicacionais a partir das inter-relações da sociedade com o ambiente e das contradições entre os sujeitos. Esta perspectiva nos permite lançar um olhar crítico para o sistema midiático na Amazônia.

Castro (2012) reforça que as grandes redes de comunicação na região pertencem a grupos de forte expressão política, econômica e religiosa, que articulam estratégias de manutenção de interesses econômicos e políticos. Isto é importante para compreendermos como a mídia expõe as transformações socioespaciais ocorridas em Manaus, seja no passado como na contemporaneidade, em função de suas inter-relações com determinados grupos político e econômicos. Sendo assim, a imprensa regional raramente reflete os anseios das camadas populares da sociedade.

Para Martín-Barbero (1998) os processos urbanos são processos de comunicação, pois os meios de comunicação se converteram em constructos do tecido urbano. Para o autor, embora exista a imposição dos meios hegemônicos é possível que a comunicação seja um instrumento de cidadania na luta contra as injustiças e as discriminações. A mobilização de movimentos sociais e formas alternativas de comunicação podem articular a luta pelo espaço, pelos direitos civis, acesso aos serviços de saúde e educação, direito à liberdade de manifestações culturais, de estratégias comerciais e econômicas, contra a verticalidade imposta pelas elites que ditam as formas de organização do espaço urbano.

### **(DES)ENCOBRINDO MANAÓS**

Quando os exploradores europeus chegarem à (atual) Amazônia, no século XVI, a região era habitada por inúmeros povos (chamados de indígenas<sup>4</sup> pela cultura ocidental). Os povos originários constituíam diferentes nações, com línguas, hábitos e costumes que caracterizavam culturas e sociedades. Coletavam frutos, praticavam a agricultura

---

<sup>4</sup> Muitos autores ressaltam que o termo índio ou indígena é depreciativa e preferem usar o termo povos originário ou nações originárias. Contudo, outros autores acham que a denominação povos indígenas é importante para a afirmação de uma identidade conjunta e união para a legitimação de direitos dessas populações.

(sobretudo a produção de mandioca) e a pesca, além de um intenso comércio entre as diferentes nações, possibilitado pela intrincada rede de rios e igarapés que favorecia a circulação em pequenas embarcações. Seus aldeamentos eram formados por conjuntos de grandes habitações, construídas por troncos de madeira e cobertura de palha, geralmente dispostas em círculo, com um sistema que permitia amenizar o calor e evitar a entrada de insetos (UGARTE, 2009).

Na região da atual Manaus, localizada próxima a confluência dos rios Negro e Solimões, havia três grupos humanos principais: Manaó, Baré e Tarumã. A etimologia do nome da cidade, inicialmente Manaós - “mãe dos deuses” - e a partir do século XX grafada como Manaus, está ligada ao povo Manaó, que no século XVI era o mais numeroso e habitava as duas margens do rio Negro (NEVES, 1999). Com base em dados da viagem de Francisco de Orellhana, em 1542 (a primeira expedição europeia a percorrer o rio Amazonas, da nascente nos Andes até sua foz no Oceano Atlântico) e posteriormente com dados da viagem de Pedro Teixeira, em 1639 (que tomou posse da região para a coroa portuguesa<sup>5</sup>), estima-se que havia mais de 10 mil habitantes do povo Manaó, na região da atual Manaus<sup>6</sup> (NEVES, 1999).

No processo colonizador, devido aos conflitos entre os povos originários e os europeus, bem como a disseminação de doenças trazidas pelos brancos, as populações indígenas foram sendo dizimadas. Povos foram exterminados, escravizados (para serem usados como mão de obra na extração de produtos naturais) e tiveram suas culturas suplantadas face à imposição dos valores europeus, nos relatos e discursos da época os indígenas eram associados ao demônio e considerados seres inferiores (UGARTE, 2009). Em 1669, o governador-geral da Província do Grão Pará determinou a construção da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro – um ponto militar para resguardar o rio dos invasores holandeses e espanhóis, inimigos da Coroa Portuguesa. Assim, a atual Manaus, começou a ser conformada pelo planejamento urbano europeu e perder sua identidade indígena, pois ao redor do Forte da Barra foi constituído um núcleo populacional denominado Lugar da Barra.

---

<sup>5</sup> Conforme o Tratado de Tordesilhas (1494) a atual Amazônia pertencia a Espanha, a área passou legalmente aos domínios portugueses com o Tratado de Madri (1750).

<sup>6</sup> Conforme o IBGE (2018) desde o século XVI até a atualizada a população indígena brasileira decresceu acentuadamente, sendo que muitos povos foram extintos. Estima-se que a população indígena ultrapassava os 6 milhões, no início da colonização, e atualmente existem menos de 500 mil indígenas, correspondendo a menos de 1% da população brasileira.

---

O século XVIII foi marcado pela política portuguesa de fortificação militar, expulsão dos ingleses e holandeses (que atrapalhavam os interesses comerciais de Portugal) e exploração de riquezas naturais, chamado período das “drogas do sertão”<sup>7</sup>. Estima-se que tenham sido exterminados nessa época cerca de 2 milhões de indígenas, somente na região do Rio Negro. Em 1727, o povo Manaó, liderado por Ajuricaba, enfrentou os portugueses e lutou na tentativa de evitar a escravização. Mas, foi capturado e suicidou-se na prisão (em Belém) para não ficar à mercê da coroa portuguesa, tornando-se um símbolo da resistência dos povos da Amazônia (SOUZA, 2005).

Em 1755 foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, contudo, em 1778, mais de cem anos depois do início da dominação europeia na região e do desmantelamento da cultura tradicional, o lugar ainda era um vilarejo com casas de palha, madeira e taipa, ao redor do Forte da Barra. O local ainda contava com uma pequena capela de palha em devoção à Nossa Senhora da Conceição, o que marca a imposição da religião católica. Na época, a população era formada por 220 índios, 34 brancos e dois negros escravos (MONTEIRO, 2002).

Em 1832, passou à categoria de vila; em 1848, cidade da Barra do Rio Negro; em 1850, cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro (ano em que foi criada a Província do Amazonas pelo Império do Brasil); em 1856, passou a se chamar Manaós, em alusão à nação indígena manaós (REIS, 1989). Contraditoriamente, houve uma progressiva tentativa de apagar o passado indígena, e os relatos e documentos da época, inclusive na imprensa, afirmam uma política de “branqueamento” na região (UGARTE, 2009).

Com a independência do Brasil, em 1889, a província do Amazonas tornou-se estado, com a capital Manaós. Na época já havia um movimento de valorização da borracha extraída da seringueira, em função do desenvolvimento industrial na Europa e Estados Unidos, principalmente voltados a produção de pneus (mas, a borracha já era utilizada pelos povos originários na fabricação de objetos utilitários, como botas e recipientes). Cerca de 300 mil pessoas migraram para o Amazonas, na maioria da região nordeste do Brasil, para trabalharem nos seringais do interior com a extração do látex, num sistema de trabalho injusto conhecido por aviamento<sup>8</sup> (REIS, 1989).

---

<sup>7</sup> Produtos extraídos da floresta para serem comercializados no mercado europeu, tais como cacau, canela, cravo, salsaparrilha, castanha, piaçava, sementes oleaginosas, gengibre, baunilha, urucum, anil, madeiras e peles de animais.

<sup>8</sup> Sistema comercial que obrigava o seringueiro a comprar à crédito, nas casas aviadoras, utensílios (ferramentas, alimentação, etc.) para sua sobrevivência nos seringais. Desse modo, se estabeleceu uma relação exploratória entre

---

O período áureo do chamado Ciclo da Borracha na Amazônia tem o auge entre 1890 e 1910, quando o látex passou a ser o principal produto de exportação do Brasil<sup>9</sup>. Nesse contexto, a cidade de Manaós passou por grandes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e urbanísticas, com as riquezas produzidas no interior amazonense e comercializadas para o exterior. Assim, Manaus tornou-se uma das cidades mais prósperas do mundo na época. Sua renda per capita era o dobro da de São Paulo (que concentrava as exportações de café) e do Rio de Janeiro (capital da República). No início do século XX, a cidade contava com uma população de 20 mil habitantes e foi a primeira do Brasil a ter luz elétrica. Também uma das primeiras a implantar sistema de água encanada e esgoto, bondes elétricos e telefonia (REIS, 1989). A imprensa local passou a enaltecer a pujança da economia proporcionada pela borracha e sua elite.

A cidade foi (re)planejada aos moldes europeus, com avenidas, bulevares e prédios luxuosos. Entre eles, o Teatro Amazonas, o palácio Rio Negro, o prédio da Alfandega, o Mercado Adolpho Lisboa, hotéis, cassinos, bancos, além de pontes de ferro, praças, jardins e monumentos, que procuravam incorporar a estética de metrópoles europeias na Amazônia brasileira. Manaus detinha o poder econômico, mas exercia pouca influência na política brasileira, devido à distância do centro das decisões do país (eixo Rio-SP). Sem projetos nacionais de incentivo e proteção à produção do látex, e com a concorrência cada vez maior da produção asiática, a atividade entrou em decadência (MESQUITA, 2006).

Como consequência, os trabalhadores dos seringais deixaram o interior e migraram para áreas periféricas e para margens dos igarapés da região central, construindo moradias improvisadas em função da situação financeira e do desamparo de políticas públicas voltadas para a realidade social que se revelava com a decadência da exploração da borracha. Entre as décadas de 1920 e 1960 foi formada a cidade flutuante, próxima ao porto de Manaus, que chegou a ter mais de 2 mil habitações de madeira e palha erguidas sob troncos de árvores e cerca de 12 mil moradores. Um aglomerado

---

aviador (comerciante) e aviado (seringueiro), em que os trabalhadores dos seringais precisavam trabalhar permanentemente no intuito de saldar as dívidas com as casas aviadoras (REIS, 1989).

<sup>9</sup> Corresponhia a 40% do total de exportações do Brasil. Entrou em decadência depois que ingleses contrabandearam sementes de seringueira e plantaram na Ásia (que passou a produzir com mais eficiência, baixo custo e maior produtividade). A produção de látex na Amazônia ainda teve uma sobrevida no período da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos não podiam ter acesso ao produto asiático, mas entrou em decadência com o fim do conflito em 1945.

---

humano que superava a população da maioria das cidades do interior do estado (SANTOS, 2009).

No período da ditadura militar, a integração da Amazônia com o resto do país, tornou-se discurso da unificação nacional e a proteção da floresta contra a internacionalização. Os militares realizaram obras em infraestrutura para a ocupação da região e a construção de estradas. A política do “integrar para não entregar” propunha um novo modelo de ocupação com projetos mineradores, madeireiros e agropecuários, e se daria com a criação de polos de desenvolvimento espalhados pela Amazônia, entre eles se deu a implantação do polo tecnológico e industrial da Zona Franca de Manaus, em 1967. Os meios de comunicação, controlados pelo DIP<sup>10</sup>, influenciavam a opinião pública e negligenciavam assuntos que fossem contra os interesses do Estado, inclusive encobrindo problemas sociais, ambientais e étnicos, quando estes eram considerados entraves para o “desenvolvimento” da região (COSTA, 2011).

Com a instalação de indústrias e a geração de empregos em Manaus a população passou a crescer de forma desordenada, assim como a expansão urbana da cidade, com inúmeras invasões e a formação de bairros irregulares. Conforme dados do IBGE, em 1970 a população de Manaus era de 314. 197 habitantes e a última estimativa (IBGE, 2018) o número chega a 2.130.264, como apresentamos na introdução. Na última década, Manaus foi a capital brasileira com a maior taxa de crescimento populacional e detém a sétima maior população dentre as cidades brasileiras, segundo o IBGE (2018).

Além dos problemas sociais causados nesse fluxo de crescimento, como o escassez de moradias, falta de acesso aos serviços de saúde, deficiências na educação, saneamento básico insuficiente e o aumento do desemprego, há inúmeras consequências ambientais, como o a poluição dos recursos hídricos e o desmatamento. Entre 1980 e 2010 foram desmatados quase 25% da área verde urbana da cidade, cerca de 10 mil hectares, conforme o monitoramento do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM, 2018). Ao tomarmos as transformações ocorridas em Manaus como um processo sociocultural, percebemos, por exemplo, discursos que reforçam o isolamento geográfico do centro do país como explicação para seu subdesenvolvimento, bem como as constantes investidas para o apagamento das suas origens indígenas.

---

<sup>10</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por decreto no governo de Getúlio Vargas, em 1939, era um instrumento de censura e propaganda governamental.

---

Há uma tendência a exacerbar as elites do período do Ciclo da Borracha, na cristalização de uma época gloriosa, e atribuir o atraso aos povos tradicionais. Para Freitas (2012, p. 13), é preciso trazer à tona o que está encoberto pela historiografia oficial que normalmente marginaliza, desqualifica o que não se enquadra aos seus interesses, e se constrói “no âmbito dos meios hegemônicos de poder e plenamente difundida a partir de veículos institucionais de comunicação, educação e cultura”. Para a autora é necessário reescrever outras perspectivas para o viver manauara, considerando outras formas de articulação cultural, sentidos e significados.

A partir da primeira década do século XXI uma série de ações começaram a ser feitas para a revitalização do centro histórico de Manaus, principalmente com a recuperação dos palacetes e prédios públicos construídos no Ciclo da Borracha. Durante as obras, em função de escavações, começaram a ser descobertas uma série de artefatos e urnas funerárias indígenas. Assim, as discussões sobre o encobrimento da história da cidade começaram a ganhar força e pesquisadores de diversas áreas iniciaram pesquisas, para procurar reconstruir e contar essas histórias de outra forma e compensar as dívidas éticas e socioculturais com os povos originários. Na zona leste da cidade, cerca de 15 quilômetros do centro histórico, durante trabalhos de terraplanagem para a abertura de ruas, foram descobertas urnas funerárias datadas com mais de 700 anos, por arqueólogos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Também foram desenterrados objetos cerâmicos utilitários como potes, jarros e ferramentas (DUARTE, 2009). Portanto, estes artefatos comprovam uma história esquecida e que precisa ser descoberta.

Paes Loureiro (2015) acredita que a imposição do isolamento histórico da Amazônia alimentou a construção de um imaginário acentuadamente folclorizante e primitivista, fundado na visão etnocêntrica europeia. Assim, a região foi sendo caracterizada como um pesadelo febril e seus povos como caçadores de cabeças ou ignorantes, preguiçosos e inaptos para o trabalho. Desse modo, foram conformados estereótipos semeados pela ideologia da colonização e que se propagaram ao longo da história e se mantêm até os dias atuais, sobretudo propagados pela mídia.

Ao mesmo tempo em que um imaginário estigmatizante foi sendo cristalizado, a partir do olhar estrangeiro, Paes Loureiro (2015) ressalta que há o imaginário constituído pelos olhares de dentro, que por sua vez é carregado de uma poética inspirada pelo próprio ritmo e possibilidades da natureza e suas relações com o homem, ou seja, o mítico está



---

em comunhão com a vivência cotidiana (seja das etnias indígenas, das comunidades caboclas, ribeirinhas, das influências culturais dos migrantes em diferentes períodos históricos), mas que não corresponde ao que a visão de fora lhe atribui.

### **OUTRAS (RE)URBANIZAÇÕES: A MANAUS MODERNA**

No início da década de 1980 foi realizada uma grande obra de aterro na orla de Manaus, que uniu a Ilha de Monte Cristo ao Centro de Manaus, fazendo surgir a Avenida da Manaus Moderna. Assim, foram instaladas a Feira da Manaus Moderna e a Feira da Banana, para atender às demandas de abastecimento de alimentos e dar mais espaço aos produtores rurais e pescadores que comercializavam nas adjacências do Mercado Adolpho Lisboa por falta de espaço e acesso. A construção da avenida, contudo, acabou afastando o rio da relação com a cidade e fez com que as atividades comerciais ficassem de costas para o Negro. A cidade flutuante que havia na área, com uma extensão de 4 quilômetros, foi destruída e seus moradores retirados com uso da força policial e deslocados para bairros distantes do centro. Ou seja, um processo de imposição cultural e segregação dissimulado no discurso do progresso e desenvolvimento.

Atualmente, a Manaus Moderna é considerada um dos centros de abastecimento mais importantes para a capital amazonense. Um local que abrange porto, feiras, lojas das mais diversos artigos, barracas improvisadas de vendedores ambulantes às margens do Rio Negro. Possui atualmente cerca de 1.100 permissionários cadastrados, mas cerca de cinco mil trabalhadores entre carregadores e feirantes vivem das atividades na feira.

Na mídia, constantemente o local é alvo de críticas negativas, principalmente, em reportagens que enfatizam a questão da falta de higiene, estrutura precária, insegurança. Órgãos de fiscalização constantemente emitem laudos para reforçar as péssimas condições do local, falta de higiene, prostituição e tráfico de drogas, mas, geralmente, reforçam que a responsabilidade é dos trabalhadores, na busca de eximir o poder público de suas responsabilidades de gestão do espaço.

Nota-se, pela repercussão de reportagens de jornais, TV, rádio e sites, uma pressão por parte de elites em extinguir o local. Eventualmente, sobretudo em épocas de eleições, surgem ideias de fazer uma orla turística e criar outro espaço para os produtores. Nos discursos, os argumentos da harmonia urbanística são postos como prioridade, mas por trás dessa ideia há também a mesma tendência de apagar a cultura popular em prol de um suposto desenvolvimento aos moldes dos interesses capitalistas (SILVA, 2016). Há, no

---

entanto, nessa peculiaridade comercial, imbricada em tradições da produção rural e da pesca na região, um modelo cultural percebido da dinâmica da feira. Seja no tratamento de espécies de pescado, sua forma de apresentação nas bancas, as habilidades e o manuseio para diferentes tipos de cortes ou rolos, bem como nas relações entre comerciantes e fregueses.

A análise das disputas sobre o uso do espaço conhecido Manaus Moderna, pela mídia, observando publicações de sites, jornais televisionados ou impressos, foi publicado pela pesquisadora Patrícia Rodrigues da Silva, com o título “Disputando espaço constituindo sentidos. Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna” e apresenta pistas interessantes sobre as questões socioculturais, políticas e econômicas que envolvem o local.

Conforme Silva (2016) o “Projeto Manaus Moderna” tinha o objetivo de modificar a área urbana de Manaus, atendendo ao caráter higienizador e às necessidades de transporte e circulação, perseguidos pela prefeitura e pelo governo estadual, em sintonia com as demandas advindas da implantação da Zona Franca. Na mídia, a autora aponta que no decorrer do tempo as adequações desse espaço se caracterizam pela ambiguidade entre os interesses do poder público e dos trabalhadores do local.

Silva (2016) faz sua análise com base de narrativas dos trabalhadores da Manaus Moderna, por meio de entrevistas, e contrapõe aos conteúdos difundidos pela mídia hegemônica, pela análise textual. Assim, aponta que desde o início do projeto nunca houve uma consulta pública para verificar como as interferências feitas e as que são prospectadas para o futuro impactam na dinâmica do cotidiano dos trabalhadores e moradores do entorno. Neste processo, o patrimônio imaterial, os sentidos e os significados são desconstruídos na imposição de valores da normativa capitalista, atrelado aos discursos do Estado e das elites, que reforçam um suposto desenvolvimento econômico redentor de todos os problemas. Conforme a autora, nos textos publicados é possível enfatizar expressões como “limpar”, “esvaziar”, “expulsar”, “foco de doenças”, como dispositivos implícitos para depreciar trabalhadores e legitimar as intervenções no local. Nos textos da imprensa fica evidente, conforme a autora, que o espaço deveria ser revitalizado e concedido a grandes empresários para a exploração comercial em detrimento dos pequenos feirantes, que deveriam ser realocados nas feiras da periferia.

Desse modo, também nos aproximamos do pensamento do sociólogo Boaventura Sousa Santos, com os conceitos de Sociologia das Ausências e Sociologia das

Emergências, para refletir sobre as interdependências de inúmeros sistemas que evidenciam os contrastes sociais. Pois, na Manaus Moderna, há modos de vida, valores, tradições, esperanças, conflitos, perspectivas e práticas sociais com a tendência de serem invisibilizadas.

Conforme Santos e Meneses (2010) a sociologia das ausências trata das experiências vigentes e dominantes, enquanto a sociologia das emergências se expande na possibilidade de novas experiências sociais (cinemas periféricos), o que amplia o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Assim, outros universos simbólicos, outros modos de ver a vida e a natureza precisam ser valorizados, suscitando uma justiça social global e uma justiça cognitiva global, que vão gerar novas práticas. Resgatar experiências que estão soterradas pelo sistema dominante é uma tarefa difícil, mas é o que dá sentido à relação entre a sociologia das ausências e das emergências, por meio de um conhecimento diverso e policultural: a “ecologia dos saberes”.

Sendo assim, percebemos que a Manaus Moderna flui na impressão inversa do signo progressista sugerida em sua intenção político-econômica. Nada asséptica, fervilha caótica na mixagem caleidoscópica de problemas sociais e ambientais. O poder hegemônico preteriu renegar o “beiradão” ribeirinho e desmontar sua cidadela flutuante a fim de (re)configurar a área aos moldes europeus, apagando sua gênese indígena. Contudo, percebe-se que a força cabocla ainda sobrevive e mostra-se resistente, delineando um lugar marcado pelas feiras de produtos regionais, atividades de economia informal, prostituição, tráfico de drogas e o intenso fluxo das embarcações de passageiros e cargas.

## **O PROSAMIM**

Dentre as tentativas sistemáticas de ordenar e modernizar Manaus urbanisticamente e reelaborar a relação social e espacial da cidade com os rios e igarapés, assim como todo o sistema cultural que se imbrica nesta questão, também destaca-se o Prosamim (Programa Sócio-Ambiental dos Igarapé de Manaus). O Programa de urbanização dos igarapés de Manaus, criado em 2003, com o objetivo de solucionar problemas ambientais, urbanísticos e sociais, com a retirada de palafitas para a construção de parques e conjuntos habitacionais, conforme Goes (2016).

Até 2012 cerca de 70 mil pessoas foram transferidas de áreas de alagação para conjuntos habitacionais construídos pelo Governo do Estado, em 15 bairros de Manaus.

---

A primeira intervenção do programa foi em 2006, quando cerca de 7 mil famílias (cerca de 36 mil pessoas) que moravam na bacia do igarapé Educandos foram transferidas. As famílias que optaram por não serem removidas para os conjuntos habitacionais receberam uma indenização no valor de 21 mil reais (GOES, 2016).

A política pública de reordenamento urbano na cidade tornou-se um instrumento de intervenção sociocultural, pois afetou não só a questão geoespacial, mas aspectos simbólicos e laços afetivos. Se por um lado o programa pode ter contribuído para amenizar alguns problemas ambientais e oferecer melhores condições de moradia, saneamento e saúde para as famílias reassentadas, também provocou mudanças culturais.

No local onde ficavam as palafitas foi construído o Parque Jeferson Peres, um espaço artificial, que reinsere elementos do ciclo da borracha, como esculturas, fontes, jardins, justificado numa estética *Belle Époque*, com a justificativa de requalificar a área urbana central e preservar o ambiente. Novamente apagando a história vivida pelos moradores, que realocados para outras áreas também rompem seus vínculos com suas tradições e formas de ocupar o espaço. O parque tornou-se um espaço de lazer para a classe média alta da cidade, que utiliza para atividades físicas, no entanto os antigos moradores são praticamente apartados do espaço pelo poder simbólico (elitista) que a nova configuração do local apresenta.

Contudo, Goes (2016) aponta que muitos moradores se sentiram valorizados ao serem transferidos para os conjuntos habitacionais padronizados, com a sensação de cidadania e inclusão social e que quatro anos após a transferência até mesmo os hábitos haviam se transformado, como estender roupas nas janelas e varandas, fazer puxadinhos e ouvir música em volume alto, pois não eram mais considerados adequados aos novos casas, diferentes das palafitas (que eram moradias tipicamente amazônicas). Portanto, percebemos um processo civilizador, que além de padronizar as moradias, passa a padronizar comportamentos e incorporar valores e ideias de ascensão social. A cultura cabocla e ribeirinha passa a ter uma encadeamento da cultura urbana.

A questão da representação e afirmação também pode ser compreendida pelo viés da semiótica. Conforme Santaella (2003), o ser humano só concebe o mundo porque de alguma forma o representa e, conseqüentemente, só interpreta tal representação por meio de outra representação, um signo. Esse processo, pode ser gerado a partir de imagens mentais ou palpáveis, pelo gestual, por ações, sons, palavras, sentimentos etc.

---

Quando se atenta para o ecossistema midiático, Goes (2016), aponta que os veículos tradicionais enfatizam a organização positiva decorrente das mudanças do Prosamim, e das possibilidades de valorização das áreas no entorno e do estímulo a empreendimentos imobiliários. Portanto, uma inter-relação e interdependência das transformações de limpeza da cidade promovidas pela política pública, e das possibilidades econômicas e de valorização do espaço que fica evidente nas reportagens expostas na mídia, praticamente como uma propaganda subliminar.

Desse modo, os veículos de comunicação, novamente reforçam os interesses das elites dissimulando suas ideologias em discursos de progresso e sustentabilidade. Nesse sentido, podemos inter-relacionar as transformações socioespaciais ocorridas em Manaus com aspectos do seu processo sociocultural e histórico, considerando as mediações destes fluxos como processos comunicacionais que constroem campos de significação, a partir de interesses hegemônicos e do apagamento das populações subalternizadas pelo poder político e econômico.

Goes (2016) interpreta Manaus como uma vitrine que se ressignifica, seja na época da abertura dos portos no Brasil, no ciclo da Borracha, na industrialização com a Zona Franca, ou nos atuais discursos de sustentabilidade como a capital da floresta. No intuito de ser uma espécie de cidade modelo, que desenvolve políticas de inclusão ou readaptação das populações marginalizadas e de atividades que não se enquadram dentro dos valores das elites locais. Uma cidade burguesa e em harmonia ecológica atual, para atrair a atenção e investimentos que beneficiem, obviamente, as elites.

Nesse sentido trazemos à tona a questão da sustentabilidade. Para Capra (2002), o conceito tem sido deturpado em função das dinâmicas globais de interesses econômicos que acentuam as desigualdades sociais e devastam a natureza. Portanto, conforme o autor, é importante não perder o senso de que todas as ações precisam atender as necessidades do presente sem comprometer as necessidades futuras. A sustentabilidade é a capacidade intrínseca de sustentar a vida de forma equilibrada e o ser humano precisa respeitar essa harmonia, “de tal forma que seus modos de vida, seus negócios, sua economia, suas estruturas físicas e suas tecnologias não se oponham à capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida” (CAPRA, 2002, p. 224). O autor enfatiza a importância de considerar as esferas cognitivas e sociais da vida, como o direito à educação, à cultura, à liberdade de expressão e aos diversos tipos de conhecimento. Essa confluência nos propõe que é preciso integrar o respeito aos direitos humanos à sustentabilidade ecológica.

Sendo assim, por meio das discussões e observações sobre as transformações socioespaciais, sugere-se que no *Prosamim* também evidencia a relação conturbada de Manaus e sua população marginalizada com as águas. A transferência dos moradores das palafitas e a construção de parques nas margens dos igarapés, provocou profundas transformações em circunstâncias sociais que marcavam a cidade há quase um século. Tal reconfiguração imprimiu novas relações sociais e de lazer com o ambiente. Muitas vezes forçando apagamentos de memórias e particularidades de costumes locais, em função da imposição de novos modelos e valores culturais globalizados, característicos da sociedade capitalista.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cidade de Manaus, que surgiu indígena e espontânea, na confluência dos rios Negro e Solimões e entrecortada por igarapés, passou a ser marcada por mudanças impostas pelo processo civilizador com o intuito de embelezamento e adequações ao progresso. A relação da sociedade com o ambiente foi sendo alterada, geometrizada e concretizada no processo de urbanização, apagando memórias e desarticulando arranjos socioculturais, seus transportes por meio de canoas, as lavadeiras de beira de rio, os pescadores artesanais, os construtores de embarcações.

A harmonia de um ecossistema complexo (formado por pessoas, relações socioculturais, transformações urbanas e intervenções na natureza) vem sendo sistematicamente rompida pela imposição de valores impostos pelas elites econômicas e políticas. Portanto, formas de sociabilidade urbana e redes de solidariedade que configuravam no arranjo sócio espacial foram desintegrados. Daí, surgem inúmeros questionamentos: será que realmente houve recuperação das áreas naturais degradadas, a despoluição das águas, melhorias no saneamento, desenvolvimento da educação, acesso aos serviços de saúde, promoção do lazer para a comunidade, e o florescimento do sentido de cidadania?

Nogueira (2016) reforça que a pesquisa em comunicação na Amazônia não deve desprezar os fluxos socioculturais advindos de parcelas da população que ainda mantém traços e vestígios do patrimônio cultural e imemorial das sociedades originárias. Conforme o autor, é preciso fazer uma ligação dos saberes tradicionais com o conhecimento científico. Por isso, uma compreensão ecossistêmica da comunicação pode ajudar a reconstituir o panorama tecido pela diversidade sociocultural, artística, religiosa,

econômica, urbanística e científica, atando os nós conectivos entre o passado e a contemporaneidade. Assim, poderá ajudar a superar a dicotomia entre as ausências e as emergências percebidas na sociedade manauara.

As tensões sobre a espacialidade de Manaus são inúmeras e precisam ser debatidas, considerando a resistência diante das forças hegemônicas que reivindicam o direito de ser, ocupar e estar nos espaços da cidade em conformidade com suas relações socioculturais específicas, e que não, necessariamente, precisam ser enquadradas na imposição de valores elitistas. Na discussão proposta, a partir da exposição de aspectos em torno dos projetos Manaus Moderna e Prosamim, percebemos que tanto a área comercial, quanto os conjuntos residenciais e os parques atuam como um espaço de reconfiguração cultural imposta pelo poder político-econômico e corroborado pela mídia tradicional, os discursos desenvolvimentistas de saneamento, infraestrutura e melhores condições de vida.

Assim, impõem-se a negação das relações da população da cidade com as águas, ao aterrarem igarapés, construírem avenidas nas margens dos rios, e conseqüentemente, contribuir com o desaparecimento de formas de ocupação, memórias coletivas, códigos culturais e o envolvimento com esses espaços. Surgem novos modelos sociais na inter-relação sociedade, cultura, urbanização e natureza. São questões que precisam ser discutidas pela perspectiva das populações envolvidas e os meios de comunicação alternativos podem ajudar a dar visibilidade para estas questões que são fundamentais para a sustentabilidade de uma cidade.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASTRO, Fábio. **Sistemas de comunicação na Amazônia**. In: Revista Fronteiras. São Leopoldo: Unisinos. Vol. 14, Nº 3, p. 179-191, 2012.

COLFERAI, Sandro. **Um jeito amazônica de ser mundo** - A Amazônia como metáfora do ecossistema comunicacional. Manaus: UFAM, 2014.

COSTA, Vânia. **À sombra da floresta**: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Niterói: UFF, 2011.

- DUARTE, Durango. **Manaus: entre o passado e o presente**. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.
- FREITAS, Ítala Clay de Oliveira. **Configurando mosaicos sobre cultura e arte no Amazonas**. Manaus: EDUA, 2012.
- GOES, Beatriz. **Explorações semióticas do Prosamim**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Manaus: UFAM, 2016.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br>> Acesso em 17 abr. 2018.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Comunicação e cidade: entre meios e medos**. Revista Novos olhares (ECA/USP), n. 1, p. 5-9, 1998.
- MESQUITA, Otoni Moreira. **Manaus: história e arquitetura, 1852-1910**. Editora Valer, 2006
- MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília; PEREIRA, Mirna Feitosa (orgs.). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: Edua, 2012.
- MONTEIRO, Mario Ypiranga. **A capitania de São José do Rio Negro**. Manaus: Valer, 2002.
- NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 3, p. 319-330, 1999.
- NOGUEIRA, Wilson de Souza. **A reconstituição das culturas amazônicas segundo a visão da comunicação ecossistêmica**. REVISTA INTERIN, v. 21, n. 2, p. 140-156, 2016.
- PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica - Uma poética do imaginário**. Manaus: Valer, 2015.
- PEREIRA, Mirna Feitosa. **Ecossistemas comunicacionais: uma proposição conceitual**. Belém: Fadesp, 2011.
- REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTOS, Carolina Cássia Batista. **Direito à moradia na cidade de Manaus**. Revista SER Social, n. 8, p. 209-234, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- SILVA, Patrícia. **Disputando espaço constituindo sentidos**. Manaus: EDUA, 2016.
- SIPAM. **Sistema de Proteção da Amazônia**. Disponível em <http://www.sipam.gov.br>>. Acesso em 14 abr. 2018.
- SOUZA, Márcio. **A paixão de Ajuricaba**. Manaus: Valer, 2005.
- UGARTE, Auxiliomar. **Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.